



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLADOR  
GABINETE DO PREFEITO**



Mensagem nº 145/2014

Rolador, RS, em 31 de outubro de 2014.

*A Sua Excelência, o Senhor*

**JOSÉ ADRIANI OLIVEIRA DOS SANTOS**

*M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores*

*Nesta*

**Excelentíssimo Senhor Presidente**

Com fulcro nos arts. 41 e 62, *caput* e inc. I, da Lei Orgânica Municipal, envio a Vossa Excelência, para apreciação do Plenário da Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 105/2014, com a seguinte ementa:

***“Institui, no âmbito municipal, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, denominada CIP, prevista no art. 149-A, da Constituição Federal, e dá outras providências.”***

O projeto incluso tem por objeto a instituição, no território deste Município de Rolador, a CIP – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública –, prevista no art. 149-A e parágrafo único, da Constituição Federal, introduzido pela aprovação da Emenda Constitucional nº 39, de 2002.

Os recursos a serem arrecadados com a nova contribuição serão utilizados obrigatoriamente para custear a energia fornecida pelas concessionárias distribuidoras para a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e bem assim para viabilizar os serviços de iluminação que o Município deve realizar, especialmente a manutenção e a expansão das redes públicas de iluminação.

A contribuição será devida por todos aqueles que, residentes ou estabelecidos no território do Município, possuam ligação regular de energia elétrica, sendo o valor mensal do consumo de cada um a base de cálculo da contribuição.

Segue em anexo cópia do ofício nº **093/2014**, recebido da Secretária da Fazenda e Orçamento, com as demais informações a respeito da Contribuição ora criada.

Nada mais havendo, subscrevo-me, esperando que o projeto seja apreciado na forma regimental.

Atenciosamente,

**Paulo Rogério de Menezes Peixoto**  
Prefeito



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLADOR**  
**GABINETE DO PREFEITO**



Projeto de Lei nº 105/2014.

*Institui, no âmbito municipal, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, denominada CIP, prevista no art. 149-A, da Constituição Federal e dá outras providências.*

(...)

**Art. 1º.** Fica instituída, no Município de Rolador, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, denominada CIP, destinada ao custeio dos serviços de iluminação pública, nos moldes do art. 149-A, da Constituição Federal.

**Art. 2º.** Considera-se custeio de serviços de iluminação pública a cobertura financeira do custo do consumo de energia elétrica destinada a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, a manutenção, o melhoramento e a expansão da rede de iluminação pública.

**Art. 3º.** A CIP incide sobre o consumo de energia elétrica relativo a cada unidade imobiliária autônoma, edificada ou não, e unidade não imobiliária, localizadas na zona urbana e de expansão urbana deste Município e na zona rural.

**§ 1º.** Para efeito desta Lei, considera-se:

a) Unidade imobiliária autônoma: os bens imóveis edificados ou não, bem como, os apartamentos, escritórios, salas, lojas, sobrelojas, boxes, e demais unidades em que o imóvel for dividido;

b) Unidade não imobiliária: os bens móveis permanentes ou não, tais como, bancas, trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.

**§ 2º.** Para identificação das unidades de que trata este artigo, o Município poderá utilizar-se do cadastro imobiliário, da rede de distribuição de energia elétrica ou de outra base de informações que permitam a identificação do usuário do serviço.

**Art. 4º.** O sujeito passivo da CIP é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, das unidades imobiliárias autônoma, edificadas ou não, e das unidades não imobiliárias, ligadas à rede de energia elétrica situada neste Município e que seja consumidor do serviço de que trata esta Lei.

**§ 1º.** A responsabilidade pelo pagamento da CIP sub-roga-se na pessoa do adquirente ou do sucessor a qualquer título;

**§ 2º.** É considerado sujeito passivo todo aquele que por força contratual, encontre-se na posse direta do imóvel e que seja consumidor do serviço de que trata esta Lei, sendo que, nesse caso, o proprietário do imóvel responde, solidariamente, pelo pagamento da CIP.

**Art. 5º.** A base de cálculo da Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública é o valor do consumo mensal de energia elétrica do contribuinte, observando-se as faixas de consumo constantes no anexo único desta Lei.

**§ 1º.** Para obtenção do valor do tributo, as alíquotas da Contribuição de que trata esta lei, constantes da tabela de faixas de consumo do anexo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLADOR**  
**GABINETE DO PREFEITO**



único, serão aplicadas sobre o valor da Tarifa de Energia Elétrica para a Iluminação Pública, fixadas por ato da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**§2º.** As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme tabela anexa, que é parte integrante desta Lei.

**Art. 6º.** A CIP será lançada mensalmente, juntamente com a fatura do consumo de energia elétrica.

**Parágrafo único.** O município conveniará ou contratará com a concessionária de Energia Elétrica e/ou permissionária a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

**Art. 7º.** O montante devido e não pago da CIP a que se refere o *caput* deste artigo será inscrito em dívida ativa até 180 dias após a verificação da inadimplência.

**§1º.** Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária e/ou permissionária que contenha os elementos previsto, no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II - a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos na art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

**§2º.** Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

**Art. 8º.** Ficam isentos do pagamento da CIP os contribuintes:

a) com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica for igual ou inferior a 70 KWH.

b) que integram a classe de consumo rural, com consumo igual ou inferior a 200 KWH.

**Art. 9º.** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a aplicação desta Lei.

**Parágrafo único.** A tabela em anexo poderá ser reajustada através de Decreto Municipal.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(...)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLADOR**  
**GABINETE DO PREFEITO**



ANEXO ÚNICO DA LEI N.º.

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO  
SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CLASSE	Consumo Kwh Mensal	Alíquota
Industrial	até 300	3,50%
	mais de 300 até 500	4,00%
	mais de 500 até 1000	4,50%
	mais de 1000	5,00%
Comercial	até 300	3,00%
	mais de 300 até 500	3,50%
	mais de 500 até 1000	4,00%
	mais de 1000	4,50%
Residencial	até 70	isento
	mais de 70 até 100	2,00%
	mais de 100 até 150	2,50%
	mais de 150 até 200	3,00%
	mais de 200 até 500	4,00%
	mais de 500	5,00%
Rural	até 200	isento
	mais de 200	1,50%
Poder Público/serviço público	até 300	3,50%
	mais de 300 até 500	4,50%
	mais de 500 até 1000	5,50%
	mais de 1000	8,00%
Consumo Próprio (Concessionária/perm.)	até 300	3,50%
	mais de 300 até 500	4,50%
	mais de 500 até 1000	5,50%
	mais de 1000	8,00%